

1

2 **Ata da 42ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher [CNDM].**

3 Nos dias três e quatro de março do ano dois mil e quinze, realizou-se a quadragésima
4 segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no
5 Centro Cultural do Banco do Brasil, onde se localiza a sede da Secretaria de Políticas
6 para as Mulheres/SPM, com os seguintes pontos de pauta: **Dia 03/03** - 9h00/12h00
7 Reunião das Câmaras Técnicas (de Monitoramento do PNPM e Planejamento e
8 Orçamento; de Assuntos Internacionais; de Legislação e Normas e da CTE Observatório
9 de Gênero); 14h00/15h30 – Abertura da reunião pela Ministra **Eleonora Menicucci** e
10 homenagem às servidoras da SPM Rosângela Rigo e Maria de Lourdes Rodrigues,
11 vítimas fatais de um terrível acidente automobilístico; 16h00/17h00 – Apresentação do
12 representante do INSS sobre a Mulher e a Previdência Social, seguida de discussão. **Dia**
13 **04/03** – 9h00/10h00 - Informes e apresentação das/os novas/os integrantes da SPM pela
14 Ministra. 10h00/10h30 – Discussão dos informes pelas/os Conselheiras/os; 10h30/11h30
15 Relato dos assuntos discutidos nas Câmaras Técnicas; 11h30/12h30 – Apresentação e
16 Discussão do PL nº 7582/2014 pela sua autora Deputada Federal Maria do Rosário;
17 14h00/18h00 – Apresentação da Comissão Organizadora da 4ª CNPM da Proposta de
18 Temário e Cronograma, pela Ministra Eleonora e a Assessora Especial Sônia Malheiros.
19 (Anexo nº 01). Presença na reunião (Anexo nº 02). A abertura da reunião pela Ministra
20 **Eleonora**, se deu num clima de muita comoção. Após cumprimentar as pessoas presentes
21 a Ministra **Eleonora**, visivelmente emocionada, relatou o acidente automobilístico que
22 levou à óbito as servidoras Rosangela Rigo e Maria de Lourdes Rodrigues, ambas da
23 SAIAT, junto com elas, a amiga de muitos anos, Célia Maria Escanfella. Relatou o difícil
24 processo para liberação dos restos mortais das três, tendo em vista o acidente ter ocorrido
25 no interior da Bahia, mas que contou com o apoio e assistência incondicional do Ministro
26 da Defesa, Jaques Wagner, conseguindo em tempo recorde que eles fossem enviados ao
27 Instituto Médico Legal de Brasília. Membros das famílias das três vieram à Brasília a fim
28 de colherem material para fazerem o exame de DNA para reconhecimento dos corpos.
29 Tão logo foram liberados, a SPM prestou uma justa homenagem a elas, na Biblioteca
30 Nacional de Brasília. A homenagem contou com a participação de muitas personalidades
31 de Brasília e de outros estados, além das/os servidoras/es da SPM. Da Biblioteca, os
32 caixões de Lurdinha e Célia seguiram para São Paulo, acompanhados pela Ministra,
33 familiares das duas e algumas servidoras da SPM. E como a família de Rosângela decidiu
34 pela cremação em Brasília, servidoras da SPM, junto com os familiares, seguiram para o
35 Crematório. Ao final do relato, foi exibido um vídeo (Anexo nº 03), contendo fotos e uma
36 breve trajetória das lutas feministas pela conquista e efetivação dos direitos das mulheres
37 de Rosângela e Lurdinha, como ativistas e servidoras federais, Em seguida, a Ministra
38 **Eleonora** passou a palavra às conselheiras. Emocionadas as seguintes conselheiras
39 prestaram suas homenagens: **Silvana Conti/LBL**, que leu uma nota de pesar da LBL e
40 um poema de sua autoria (Anexo nº 04), **Justina Cima/MMC** que também leu uma
41 mensagem denominada “A continuidade” (Anexo nº 05) e se pronunciaram: **Matilde**
42 **Ribeiro/Notório** Conhecimento das Questões de Gênero; **Laura Delamonica/MRE**; **Maria**
43 **Antônia Salgado/MAMA**; **Rosimere Teles/UMIAB**; **Carla Bezerra/Casa Civil da PR**;
44 **Tatau Godinho/SAE**; **Lidiane/MS**; **Dalila Negreiros/SEPPIR**, **Fernanda Papa/SEV**;

45 **Ângela Fontes**/SAIAT e **Maria das Dores do Rosário**/AMNB. Ao término da
46 homenagem, a Ministra deu sequência à reunião desculpando-se pelo fato de a Ata da
47 41ª Reunião Ordinária não ter sido enviada a tempo, esclarecendo que, devido aos
48 trágicos acontecimentos, não houve possibilidade de ser finalizada. **Rosa de**
49 **Lourdes**/Secretária Executiva, se comprometeu a enviá-la no prazo máximo de dez dias.
50 E consultou se ela poderia ser aprovada após, evidentemente, as considerações das
51 conselheiras por meio da lista (on line). A consulta foi aprovada por unanimidade. Em
52 seguida, a Ministra **Eleonora** justificou as seguintes ausências: Lídia Correa/CMB; Rachel
53 Moreno/RMM; Clara Charf/Conselheira Emérita; Magaly Marques/Casa Civil da PR; Maria
54 Esther Vilela/MS; Adriana Rosa dos Santos/MTE; Karla Hora/MDA. Na sequência,
55 informou que a Secretária Executiva **Lourdes Bandeira** solicitou exoneração, pois decidiu
56 se dedicar integralmente à UNB, e foi substituída por **Linda Goulart** e a vaga de Chefe
57 de Gabinete passou para **Bruno Monteiro**, e o apresentou dizendo se tratar de um
58 profissional com larga experiência dessa função, já ocupada quando a Ministra Maria do
59 Rosário estava à frente da SDH. É jornalista e integrou a equipe de comunicação na
60 campanha eleitoral do segundo mandato da Presidenta Dilma. Informou que **Vera**
61 **Soares**/Secretária da SAIAT também se exonerou, havia sido substituída por **Rosângela**
62 **Rigo** mas, com seu falecimento, **Ângela Fontes**/Secretária Adjunta assumiu
63 interinamente esta pasta. E continuou com outros informes: desde fevereiro do ano em
64 curso, a Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, reuniu os presidentes dos
65 27 Tribunais de Justiça do país e organizou uma “mobilização judiciária” para acelerar os
66 julgamentos dos processos de violência contra a mulher que tramitam em todos os
67 estados. Os mutirões acontecerão entre os dias 9 e 13 de março, no chamado “Mês da
68 Mulher”. Ela se encerrará num grande evento em Belo Horizonte. E que integrará a equipe
69 juntamente com senadoras, deputadas federais, outras ministras e juízas, com a
70 presidenta do mutirão do judiciário, para receber os processos sobre a Lei Maria da
71 Penha. Em seguida, passou a palavra para o Sr. José Eduardo de Lima Vargas –
72 Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Previdência Social que fez uma
73 apresentação sobre “A Mulher e a Previdência Social”, especificando os seguintes pontos:
74 sobre o INSS; Estrutura de trabalho; Seguridade Social; A mulher na população brasileira;
75 estrutura populacional dos idosos (2000 - 2020). Saliou que a expectativa de vida ao
76 nascer das mulheres é superior à dos homens, embora haja estudos dizendo que a
77 expectativa de vida saudável das mulheres é igual à dos homens, ou seja, elas vivem
78 mais, mas com sua saúde comprometida; a consequência é que mais de ¼ das mulheres
79 entre 60 e 69 anos são viúvas. Sobre a mulher no mercado de trabalho, informou que
80 entre 2001 e 2009, houve um incremento na proporção de mulheres na PEA, movimento
81 obviamente combinado a uma redução na proporção de homens. De 2009 para 2012, há
82 um ligeira queda da participação das mulheres na PEA, tendência que se reverte em 2013.
83 A participação das mulheres dentre os ocupados é ligeiramente menor do que sua
84 participação na PEA, o que indica que, dentre os desempregados, as mulheres estão em
85 maior número. Evolução da Proteção Social: Proteção Social da População Ocupada
86 (idade entre 16 e 59 anos) – Brasil, dentre outros (Anexo 06). Sobre a temática “Diálogos
87 Sociais” fez referência às regras das medidas provisórias nº 664 e nº 665/2014, do
88 Ministério da Previdência Social (cenários e benefícios relacionados). Informou que
89 ocorreu um aumento do emprego e a formalização 15,5 milhões no setor privado de 2003
90 a 2013. Que a base de segurados da previdência aumentou em 30 milhões entre 2003 e
91 2013. Que de 2003 a 2014 o salário mínimo teve aumento de 73%, base para todo o

92 sistema de proteção social. Que a sobrevida dos brasileiros aumentou em média 4,4 anos
93 em 13 anos. Em seguida apresentou os benefícios relacionados a auxílio-doença; pensão
94 por morte e seguro defeso (Anexo nº 07). Ao final da apresentação, a Ministra **Eleonora**
95 se colocou favorável aos pontos colocados e enfatizou a necessidade de se discutir os
96 mecanismos de ajuste para manutenção das alterações, de sorte que se assegure os
97 direitos já conquistados, uma vez que não haja supressão dos mesmos. Referiu que a
98 apresentação da proposta para a sociedade civil organizada (diálogos sociais) demonstra
99 a intenção do governo de aprimorar a sua interlocução com a mesma. Há um rumor de
100 terceiro turno em curso. Há uma tentativa de desestabilizar o governo e deslegitimar o
101 voto popular e, assim, muito do que apregoa a mídia deve ser visto com a um contraponto,
102 tal qual essa exposição sobre a medida provisória da previdência social. Lembrou que em
103 1993 a Itália passou por essa mesma discussão, e, posteriormente, a França. Por conta
104 de um outro compromisso pediu licença para se ausentar, passando a coordenação para
105 a Secretária Executiva **Linda Goulart** que abriu para as intervenções. **Rosane Silva/CUT**,
106 expôs a crítica das centrais sindicais, esclarecendo que o problema é do método utilizado
107 e não de conteúdo. Alegou que não houve consulta ou debate sobre o conteúdo, apenas
108 foi comunicada a edição e publicação da MP. Referiu que seguro desemprego e o abono
109 salarial afetam as mulheres e os jovens e não a pensão por morte. Foi proposta uma mesa
110 tripartite para negociar a MP. As centrais apresentaram propostas para conter a
111 rotatividade, que não é culpa das/os trabalhadoras/es. Será debatido a informalidade e
112 posteriormente o fator previdenciário em outras reuniões. A redação inicial colocava a
113 possibilidade de as empresas privadas fazerem a perícia, as centrais se colocaram contra.
114 Após diálogo com o governo, foi alterada a redação para que haja convênios e outros
115 mecanismos. **Maria Dores de Almeida/AMNB** questionou sobre a estrutura do INSS,
116 referindo-se aos cinco barcos existentes para atingir a região amazônica. E indagou: qual
117 a estratégia para se alcançar essa região? O que é trabalho não remunerado? **José**
118 **Eduardo/MPS** respondeu que não sabe se outras instituições têm maior acesso à
119 população amazônica, mas que o MPS tem essa preocupação e por isso tem os barcos.
120 Salientou que o processo de expansão da previdência no que se refere ao atendimento é
121 uma realidade e uma preocupação permanente do INSS. E sobre o conceito do trabalho
122 não remunerado, respondeu que, de acordo com Pnad, seria autoconstrução e
123 autoconsumo, ou seja, trabalho para o próprio uso ou produção para o próprio uso
124 subsistência. **Maria Antônia/MAMA** sugeriu a divulgação do material informativo de como
125 era e como ficarão com a MP nº 664 e 665, tendo em vista que muitos movimentos sociais
126 estão contrários a elas. Solicitou que houvesse diálogo mais estreito da Presidenta Dilma
127 com a sociedade, conforme anunciado anteriormente por ela. **Ivânia Pereira/CTB**, referiu-
128 se ao apoio dado ao governo pelas centrais sindicais mas, quando souberam da MP,
129 assim como os movimentos sociais, ficaram decepcionadas. Disse reconhecer como
130 importante a iniciativa da Ministra em pautar essa discussão no CNDM, que carece de
131 uma análise de conjuntura a cada reunião. As centrais não são contra as mudanças
132 propostas, mas sim da maneira como foi realizada a edição da MP. Tem dúvidas ainda
133 sobre a perícia com médicos conveniados. **Isis Tavares/CNTE**, alegou: temos que
134 defender o governo, mas saber como fazê-lo. A crise não é desse governo mas sim global,
135 em decorrência das crises dos países imperialistas, como a alta nos preços de
136 *commodities*. Talvez a crise fique maior e teremos que estar preparadas para enfrentá-la.
137 A maneira como foi feita a MP deu munição para a direita golpista, uma vez que as centrais
138 sindicais não estavam a par do conteúdo. **José Eduardo/MPS** esclareceu que o INSS

139 não fechará as portas para as perícias mas, sim, quer dar outras oportunidades mais
140 próximas da realidade das seguradas. No momento está em processo um debate muito
141 franco entre governo e sociedade civil. Sem mais intervenções, a Secretária Executiva
142 **Linda Goulart** deu por encerrada essa parte da reunião, convidando as/os
143 conselheiras/os para um café. **Dia 04/03** – A ministra **Eleonora** abriu a reunião passando
144 os seguintes informes: (1) a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto que torna o
145 feminicídio crime hediondo. A Presidenta Dilma Rousseff sancionará o Projeto na próxima
146 2ª feira (09/03), com a presença da bancada feminina da Câmara e do Senado, além de
147 lideranças de organizações não governamentais de mulheres, e estendeu a convite a
148 quem pudesse comparecer; (2) na próxima semana entrará em pauta a PEC, de autoria
149 da Deputada Federal Luiza Erundina que garante o mínimo de 30% de mulheres na Mesa
150 Diretora da Câmara e do Senado; (3) o Deputado Federal Paulo Pimenta (PT) assumiu a
151 Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara; mudanças nos quadros
152 das/os servidoras/es da SPM; (4) inauguração da 1ª Casa da Mulher Brasileira, em Campo
153 Grande, já em funcionamento, um sucesso. A Casa do Distrito Federal será a próxima a
154 ser inaugurada. Seis Casas estão em construção; Foi aberto edital para construção da
155 Casa de Boa Vista. E, por decisão da Presidenta **Dilma Rousseff**, cada Casa da Mulher
156 Brasileira terá na coordenação uma servidora com DAS, da SPM, que resida nos locais
157 das Casas. (5) a Secretária Executiva **Linda Goulart** representará a SPM, na CSW e
158 apresentará, na ocasião, a Casa da Mulher Brasileira. A Secretária **Tatau Godinho**/SAE
159 irá na semana seguinte. (6) no dia 09/03 terá início um mutirão em todas as varas
160 especializadas do país para agilizar processos relacionados à Lei Maria da Penha e no
161 13/03 será o encerramento com a entrega de um balanço da aplicação da Lei Maria da
162 Penha, pela Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal. (7) No 8 de março,
163 haverá a ampliação da Central 180 com a inclusão de mais oito países. Essa Central
164 estará ligada às Casas da Mulher Brasileira. No 08/03 a Presidenta Dilma fará
165 pronunciamento em rede nacional. Finalizou informando outras agendas, a saber:
166 Lançamento do RASEAM (24/03); Reunião do Comitê de Monitoramento do PNPM (09/05)
167 e RMAAM (01/06). Em seguida as conselheiras informaram sobre a organização e
168 mobilização dos movimentos de mulheres e feministas sobre o 8 de março em seus
169 estados. Na sequência, a Ministra **Eleonora** introduziu o ponto de pauta relato das
170 Câmaras Técnicas. Tendo em vista a ausência da Presidenta da CT de Monitoramento do
171 PNPM, a Conselheira **Sheila Sabag**/RNFS fez o relato dos assuntos discutidos na
172 reunião. Informou que, a partir de uma análise da conjuntura no cenário político, para que
173 não ocorram retrocessos nos direitos das mulheres, “O CNDM precisa estar estruturado
174 na sua totalidade, para continuar fortalecido, com visibilidade política e exercendo seu
175 papel como espaço de controle social. Para tanto, há necessidade, de se dar
176 funcionalidade à Coordenação Política, conforme seu Regimento Interno”. E relacionou
177 outros pontos discutidos: “a necessidade de ampliação dos comitês de gênero nos
178 ministérios; iniciando essa Gestão do CNDM, ficou pautada a ida das Presidentas das
179 CTs de Monitoramento e de Planejamento e Orçamento ao Ministério da Educação na
180 SECADI para conversar sobre o Capítulo 2 do PNPM e demais ações. A ideia da CT é
181 uma maior interlocução com os órgãos responsáveis pelo PNPM; a garantia de um
182 momento no Pleno do CNDM para análise de conjuntura” E a importância da participação
183 e representação do CNDM no Fórum Interconselhos. (Anexo nº 08). Com relação aos
184 comitês de gênero instalados nos ministérios, tópico tratado na apresentação desta CT, a
185 Secretária Executiva **Linda Goulart** informou que atualmente há 15 comitês instalados e

186 que a meta da SPM é a instalação em todos os ministérios e, para isso, a estratégia em
187 execução é o diálogo direto com os secretários executivos dos ministérios para se atingir
188 a meta e fortalecer os organismos já existentes. Outro foco dos diálogos é sobre o PPA
189 com o objetivo de incluir gênero no planejamento dos ministérios. Ressaltou a importância
190 de as representantes do CNDM participarem nas reuniões do Comitê de Articulação e
191 Monitoramento do PNPM. Em seguida, a Presidenta da CT de Planejamento e Orçamento,
192 Conselheira **Maria das Dores de Almeida/AMNB**, esclareceu que as CTs de
193 Monitoramento do PNPM e de Orçamento e Planejamento se reuniram juntas, mas se
194 decidiu que o relato seria feito à parte. Reiterou que houvesse maior participação dessa
195 CT No Fórum Interconselhos; Informou que estava aberta a consulta pública sobre a LDO
196 2016, no portal Partiticipa.br. Discutiu-se sobre o acompanhamento à pactuação e
197 elaboração do PPA (2016-2019) com a sociedade civil, que terá as seguintes diretrizes:
198 fortalecimento do seu caráter estratégico; fortalecimento da dimensão territorial;
199 fortalecimento da articulação federativa do planejamento; fortalecimento do processo de
200 participação social no planejamento e fortalecimento da articulação do PPA com os planos
201 setoriais. Garantir pauta no CNDM para análise de conjuntura e dar funcionalidade à
202 Coordenação Política do CNDM, segundo Art. 3º, §2º e Art. 35º do Regimento Interno do
203 CNDM. Deliberou-se pela criação do grupo de WhatsApp da CT para agilizar a
204 comunicação do Comitê. (Anexo nº 09). Ao final a Conselheira **Maria do**
205 **Rosário/MPOG**, integrante da CT, informou que o MPOG está rediscutindo a
206 metodologia do PPA com o finalidade de ampliar o Fórum Interconselhos na
207 perspectiva de levar as demandas da sociedade civil aos os órgãos
208 governamentais. Na sequência a Presidenta da CT de Assuntos Internacionais
209 **Lourdes Simões** relatou os pontos discutidos: apresentação da nova assessora
210 internacional da SPM, Cláudia Angélica V. Silva, presente na reunião. Discutiu-se
211 sobre o papel dessa CT considerando o novo momento da SPM no novo governo
212 da Presidenta Dilma com o objetivo de estabelecer um diálogo que possibilite uma
213 interação entre as ações da SPM e das entidades que compõem essa CT, “que
214 considere as temáticas internacionais, ações e projetos a partir de
215 posicionamentos do governo brasileiro. Destacou-se a importância do trabalho
216 dessa CT “para subsidiar a atuação das entidades que a compõem no trabalho
217 que desenvolvem, na relação com diferentes organismos internacionais, na
218 construção de estratégia de ação e solidariedade entre as mulheres, assim como
219 na agenda de representação internacional quando solicitada”. Propostas: fazer
220 uma reunião ampliada no dia anterior à reunião das CTs, podendo ser uma Mesa
221 de Diálogo das Entidades que compõem o Conselho com a assessoria
222 internacional da SPM, sobre as ações e demandas no âmbito internacional, para
223 compartilhar experiências, agendas para estabelecer interlocução entre órgãos da
224 sociedade civil e dos organismos de governo sobre as mulheres, num processo
225 aberto e plural; processo de preparação da CSW59/2-15, de 09 a 20 de março.
226 Informes sobre a Conferência Internacional das Mulheres Rurais, nov./2014 e o
227 Lançamento da Marcha das Margaridas; sobre os 150 anos da Associação
228 Internacional dos Trabalhadores e os 70 anos da Federação Sindical Mundial e
229 sobre a Agenda da 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres, de 8/03
230 a 17/10 de 2015. (Anexo nº 10). Finalizada a apresentação, a Ministra **Eleonora**,

231 referindo-se à Conferência da CSW, comentou: o documento para discussão e
232 aprovação na CSW é retrógrado e pautado para aprovação no primeiro dia da
233 Conferência (09 de abril). Esse encaminhamento pode ser uma estratégia para
234 evitar negociação. E afirmou: o posicionamento brasileiro é firme no sentido de
235 inviabilizar a aprovação nesse dia e concluiu fazendo um apelo às integrantes da
236 sociedade civil que lá estarão, que se mobilizem e endossem a posição brasileira.
237 **Jacqueline Pitanguy**/Notório Conhecimento das Questões de Gênero, defendeu
238 a importância de se ter um espaço para se discutir a conjuntura internacional, que
239 é delicada, uma vez que está em curso um processo de perdas do que já foi
240 conquistado com relação aos direitos das mulheres. **Linda Goulart** afirmou que a
241 União Europeia e os Estados Unidos se aliaram para produzir esse documento
242 morno. **Thereza de Lamare**/MS informou que a reunião do Mercosul a realizar-se
243 em abril tratará dos direitos reprodutivos e, que, portanto, seria uma boa ocasião
244 para afinar uma posição do bloco para incidir na CSW. **Laura Delamonica**/MRE,
245 disse apoiar a discussão do CNDM nessa temática devido à guinada conservadora
246 no mundo, e alertou que os avanços conquistados no Consenso de Montevideu
247 correm perigo na Conferência Regional de População e Desenvolvimento no
248 México, a ocorrer em outubro, devido ao posicionamento da maioria dos países do
249 Caribe. Em seguida a Presidenta da CT de Legislação e Normas, **Isis Tavares**,
250 informou que a assessora parlamentar da SPM, Regina Adami participou da
251 reunião, informando sobre a tramitação de alguns projetos, a saber: a PEC
252 304/2013, a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou
253 o fim do auxílio reclusão e a detenção de menores em ato de vandalismo.
254 Considerado pelas integrantes da CT, um retrocesso; PL 6.100/2013 que dá nova
255 redação ao Art. nº 173, da Lei nº 8.069/1990; PL 292/2013 que altera o Código
256 Penal para inserir o feminicídio como crime hediondo; regulamentação PLP
257 302/2013 que regulamenta o Art. nº 07 da Constituição Federal sobre o trabalho
258 doméstico; PLS nº 298/2013 que trata do Fundo Nacional de Enfrentamento à
259 Violência foi votado no Senado e retornado para a Câmara. Sobre a Reforma
260 Política, o projeto revisado pela Comissão Tripartir instalada em 04/06/2009 que
261 revisou a Lei nº 4737, de 15/07/1965 do Código Eleitoral, a Lei nº 9096, de
262 19/09/1005 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9504, de 30/09/1997 (Lei das
263 Eleições), bem como as proposições legislativas de iniciativa popular, alterando a
264 Lei nº 9709, de 18/11/1998, de autoria dos deputados federais Luiza
265 Erundina/PSB-SP; Acelino Popó/PRB-BA e Afonso Hamm/PP-RS e outros.
266 Apontou-se a necessidade de apoio das entidades ao PL de iniciativa popular
267 sobre a mídia democrática. Discutiu-se e analisou-se o PL nº 8048/2014 que
268 institui a Política Nacional de Participação Social/PNPS e o Sistema Nacional de
269 Participação Social e recomendado que o CNDM continue apoiando o Decreto
270 Presidencial nº 8243/2014 não aprovado na Câmara dos Deputados. No que se
271 refere à igualdade de gênero no mundo do trabalho foi informado da existência de
272 dois PLs (4857/2009 e 6653/2009), de autoria da Dep. Alice Portugal e outros
273 parlamentares, além da existência de outro no Senado (PLS nº 136), de autoria do

274 Senador Inácio Arruda, todos em tramitação no Congresso Nacional. Passou-se à
275 análise do PL nº 4330/2004 que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço
276 a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes, como prejudicial à oferta
277 de trabalho decente, em especial às mulheres trabalhadoras. Recomendado apoio
278 ao Fórum de Mulheres das Centrais Sindicais e à luta das Centrais como um todo.
279 Discutiu-se ainda questões referentes à atenção à saúde reprodutiva: alteração da
280 emenda da Lei nº 11.108, de 2005 que trata da obrigatoriedade da entrada de
281 acompanhante de livre escolha da mulher, também nos casos de abortamento.
282 Solicitar ao MS celeridade na publicação da Portaria que substituirá à Portaria nº
283 415/2014 que cria o procedimento de aborto em casos previstos em lei.
284 Recomendar à Vigilância Sanitária que exerçam suas atribuições de fiscalização
285 dos serviços de atenção obstétrica com base na RDC de 2008, da ANVISA. Propor
286 uma carta do CNDM à consulta pública da Agência Nacional de Saúde
287 Suplementar/ANS que trata do direito à informação, do uso de partograma e cartão
288 da gestante como medidas para reduzir taxas de cesáreas desnecessárias e
289 indesejadas. Recomendar ao MS e a ANS a elaboração normativa referente à
290 publicação anual de taxas das cesáreas no setor suplementar. Acompanhar a PEC
291 nº 515/2010 que trata dos 180 dias de licença maternidade. Acompanhar o PL nº
292 7.633/2014 que trata da violência obstétrica. Solicitada uma reunião conjunta
293 dessa CT com o CNDM para se discutir a necessidade de recomendar ações do
294 MS sobre direito à informação, sobre ações de promoção e assistência integral à
295 saúde da mulher. Sobre a necessidade de adequação da assistência a mulheres
296 de comunidades tradicionais respeitando suas tradições culturais, assim como a
297 SES/SP criou a Resolução nº 72/2008 que trata do enfrentamento à violência
298 institucional na assistência à saúde da mulher. Solicitado uma reunião dessa CT
299 com a de Planejamento e Orçamento com a presença do Senador Romero Jucá
300 que está à frente da Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação
301 Constitucional. E elaboração de estudo através da assessoria específica sobre as
302 legislações pertinentes às mulheres com base nos eixos do PNPM vigente e sua
303 respectiva aplicação. (Anexo nº 11). Finalizado os relatos das CTs e sem mais
304 nenhuma intervenção, a Ministra **Eleonora** informou do comunicado que acabou
305 de receber da impossibilidade da presença da Deputada Federal **Maria do**
306 **Rosário**, devido a processo de votação na Câmara. Entrando no último ponto de
307 pauta passou a palavra para assessora especial **Sônia Malheiros**, coordenadora
308 da Comissão Organizadora da 4ª CNPM que apresentou a proposta de Regimento
309 Interno (Anexo nº 12), destacando o temário e o cronograma para realização das
310 conferências, texto elaborado junto às integrantes da Comissão, seguindo-se de
311 discussão e deliberação. Fez um breve relato dos resultados produzidos na 1ª
312 reunião da comissão organizadora da 4ª CNPM que contou com a participação
313 das conselheiras **Sheila Sabag** (suplente que substituiu Maria Aparecida
314 Schumacher/AMB); **Silvana Conti/LBL**; **Justina Cima/MMC**; **Maria Antônia**
315 **Salgado/MAMA**; **Rosa de Lourdes/Secretária Executiva do CNDM** e da servidora
316 da SPM, **Eliana Graça/SAIAT** e **Aline Yamamoto/SEV**. E apresentou para

317 discussão a proposta do Decreto Presidencial de convocação da 4ª CNPM (Anexo
318 nº 13). Nesse momento, a Ministra **Eleonora** precisou se retirar para atender a um
319 chamado, passou então a coordenação para a Secretária Executiva **Linda Goulart**
320 a qual prosseguiu com o assunto tratado. **Sônia Malheiros** salientou que é
321 pretensão dessa Conferência o fortalecimento das conferências municipais e
322 estaduais avaliando as implementações dos planos de políticas para as mulheres
323 existentes e estimulando a criação de planos onde ainda não existirem. Portanto,
324 o objetivo central é o de que essas conferências tenham uma finalidade em si
325 mesmas para além da tirada das delegadas que participarão das etapas estaduais
326 e nacional. Decidiu-se por unanimidade pela realização da 4ª CNPM e aprovado o
327 lema: “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”; o objetivo geral:
328 “Fortalecer a Política Nacional para as Mulheres”; a data para a conferência
329 nacional: 15 a 18 de março de 2016, e o calendário proposto no Decreto. Foi
330 sugerido que se estendesse o período de realização das conferências livres,
331 ficando marcado de 04 de maio a 19 de dezembro de 2015. Quanto à proposta do
332 calendário surgiram algumas considerações. **Theresa de Lamare/MS**, questionou
333 a data apresentada da realização da conferência nacional, tendo em vista a
334 aprovação do orçamento pela Câmara, ao que Sonia Malheiros respondeu que o
335 processo de licitação será iniciado em breve, de modo a não ser prejudicado por
336 questões orçamentárias. **Maria Aparecida Schumacher** referindo-se ao estarmos
337 com um calendário “apertado”, sugeriu estender as conferências livres até o final
338 das conferências municipais, em setembro, como forma de garantirmos maior
339 mobilização das mulheres para participação nas conferências. **Teresinha**
340 **Gonçalves/SEV**, alegou que a importância dessas conferências livres na
341 mobilização está no fato de serem complementares, devendo, então, as mesmas
342 ocorrerem previamente até como forma de contribuir na inclusão do tema na
343 agenda orçamentária, vislumbrando a dificuldade para estados e municípios na
344 realização das conferências, devido à ausência de previsão no orçamento do ano
345 anterior. **Sônia Malheiros** ponderou nunca haver existido, em outros momentos,
346 inclusão de previsão orçamentária para as conferências, acrescentando que o
347 financiamento para as mesmas tem sido sempre “arrancado” por pressão, por luta
348 política, na disputa articulada nos conselhos e organismos, acrescentando que
349 restrições orçamentárias são uma constante em questões de gênero. **Cristiane**
350 **Kondo/Parto do Princípio**, fez uma crítica ao fato de o planejamento da
351 conferência não estar incluído no orçamento, pois essa inclusão significaria menos
352 desgaste na disputa pela realização das conferências nos estados e municípios.
353 **Sílvana Conti/LBL** defendeu a aproximação das secretarias de políticas para as
354 mulheres (estaduais e municipais) para que se insiram no processo de
355 organização e mobilização das conferências. **Rosemere Teles/UMIAB** solicitou
356 que a participação da FUNAI seja por pessoas que trabalhem dentro do órgão que
357 trata da temática de gênero. Após deliberação e aprovação para que o período das
358 conferências de 04/05/2015 a 19.02.2016, foram discutidos e estabelecidos os
359 eixos temáticos que ficaram assim definidos: !. Contribuição dos conselhos dos

360 direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação
361 da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e
362 especificidade: avanços e desafios; II. Estruturas institucionais e políticas públicas
363 desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços
364 e desafios; III. Sistema político com participação das mulheres e igualdade:
365 recomendações; e, IV. Sistema nacional de políticas para as mulheres: subsídios
366 e recomendações. Em seguida discutiu-se e aprovou-se a participação de 3.000
367 participantes. **Sônia Malheiros** esclareceu que a comissão organizadora definiu
368 que serão delegadas natas somente as do CNDM, desde que que participem de
369 algumas das etapas das conferências. Quanto às participações de segmentos
370 específicos, como quilombolas, mulheres indígenas, povos ciganos, comunidades
371 tradicionais e de matrizes africanas, foi deliberado que será assegurada a
372 representação de integrantes dos segmentos de mulheres por meio de cotas a
373 serem preenchidas por cada grupo. A participação de representantes dos
374 organismos governamentais dos estados e municípios na comissão organizadora
375 ficou para ser discutida e deliberada pela própria comissão. Finalizando esse ponto
376 de pauta, **Sônia Malheiros** informou que a representação nacional das delegadas
377 governamentais será tirada em uma reunião onde todos os ministérios serão
378 convidados a participar. Nada mais havendo a tratar, a Secretária Executiva **Linda**
379 **Goulart** encerrou a reunião e convidou as/os conselheiras/os para um café. Ata
380 elaborada por Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – Coordenadora-Geral do
381 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.